



4144131



00135.226740/2023-43



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
Secretaria-Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

ATA DA 117ª REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA NOS DIAS 05 E 06 DE DEZEMBRO DE 2023

Brasília, na data da assinatura.

Nos dias cinco e seis de dezembro de dois mil e vinte e três, no Edifício Parque Cidade Corporate, SCS B, Quadra 9, Lote C, Torre A, 10º Andar, Sala das Plenárias, foi realizada a 117ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDPI. **Estiveram presentes - 05/12:** Adriana Pereira de Souza (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais); Alexandre de Oliveira Alcântara (AMPID); Ana Elenara da Silva Pintos (ME); Ana Paula Pinto da Silva (MJSP); Arilda de São Sabbas Pucú (AME); Bernadete Dal Molin Schenatto (PPI); Claire da Cunha Beraldo (SESC); Cleide Lemes da Silva Cruz (MIR); Eni Carajá Filho (MORHAN); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI-CUT); Fábio Régis Sparremberger (MPO); Graciliana Selestino Gomes da Silva (Coletivo Indígena Wakonã); Heloísa Helena Oliveira da Silva (COFEN); Henri Siegert Chazan (CNSaúde); Inês Aparecida de Andrade Rioto (MDHC); Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic (ANG Brasil); Isabelle Ribeiro Barbosa Mirabal (MDHC); Lígia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto (MS); Luiz Legnãni (COBAP); Marco Antônio Guilherme dos Santos (SINTAPI-CUT); Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo (MEC); Marlene Aparecida Gonçalves (APNs); Norivaldo Pereira de Lima Junior (Aliança Nacional LGBTI+); Raimunda Goreth Assunção Espíndola (ABRAZ); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho (CFOAB); Renan Alves Viana Aragão (MDS); Renata Marinho Pereira (SBGG); Rosângela Maria Lucinda (CFOAB); Shirlei Correa Rodrigues (MinC). **Estiveram presentes os convidados:** Alexandre da Silva (SNDPI/MDHC); Bruno Mendes (SE/CNDPI); Camila Fidelis (SNDPI/MDHC); Dayana Maria Lima (SE/CNDPI); Eliana Graça (SNDPI/CNDPI); Gabriela Andrade (CNDPI/MDHC); Gercimira Rezende (Conselho Federal de Contabilidade); Joana D'Arc (APSD/MCID); Lucélia Pereira (SNDPI/MDHC); Luma Bittencourt (SE/CNDPI); Manoel Júnior (Conselho Federal de Contabilidade); Maurício Candido (Conselho Federal de Contabilidade); Romulo Oliveira (Conselho Federal de Contabilidade). **Estiveram presentes - 06/12:** Alexandre de Oliveira Alcântara (AMPID); Ana Paula Pinto da Silva (MJSP); Ana Paula Schwelm Gonçalves (MPS); Anna Dorothea Dause Treno (MRE); Arilda de São Sabbas Pucú (AME); Bernadete Dal Molin Schenatto (PPI); Claire da Cunha Beraldo (SESC); Cleide Lemes da Silva Cruz (MIR); Eni Carajá Filho (MORHAN); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI-CUT); Fábio Régis Sparremberger (MPO); Graciliana Selestino Gomes da Silva (Coletivo Indígena Wakonã); Heloísa Helena Oliveira da Silva (COFEN); Inês Aparecida de Andrade Rioto (MDHC); Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic (ANG Brasil); Isabelle Ribeiro Barbosa Mirabal (MDHC); Luiz Legnãni (COBAP); Marco Antônio Guilherme dos Santos (SINTAPI-CUT); Maria do Socorro

Alencar Nunes Macedo (MEC); Maria Angélica Gomes (AME); Maria Betânia Jatobá de Almeida (ABRAZ); Marlene Aparecida Gonçalves (APNs); Norivaldo Pereira de Lima Junior (Aliança Nacional LGBTI+); Raimunda Goreth Assunção Espíndola (ABRAZ); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho (CFOAB); Renan Alves Viana Aragão (MDS); Renata Marinho Pereira (SBGG); Rosangela Maria Lucinda (CFOAB); Sérgio Luiz Rodrigues Pereira (MTE); Shirlei Correa Rodrigues (MinC). **Estiveram presentes os convidados:** Alexandre da Silva (SNDPI/MDHC); Bruno Mendes (SE/CNDPI); Cimar Azeredo Pereira (IBGE); Dayana Maria Lima (SE/CNDPI); Eliana Graça (SE/CNDPI); Gabriela Andrade (SNDPI/MDHC); Hiury Cassimiro (SNDPI/MDHC); Joana D'Arc (APSD/MCID); Kelen Garcia (CEI/SP); Lucélia Pereira (SNDPI/MDHC); Luma Bittencort (SE/CNDPI); Priscila Cinapoli (Secretaria de Desenvolvimento Social).

Dia 05/12//2023 - Abertura da 117ª Reunião Ordinária. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** iniciou a reunião cumprimentando a todos/as, apresentou o vídeo do Senador Paulo Paim a respeito do Estatuto da Pessoa Idosa e declarou que a presente reunião marca os 21 anos do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Ato contínuo, foi informado como pauta: **Dia 05/12/2023 - Manhã:** 1. Abertura e verificação do quórum; 2. Aprovação das Atas; 3. Aprovação da Pauta; 4. Pontos de Pauta: I) Fala do Conselho Federal de Contabilidade; II) Informes e apresentação da SNDPI; III) Regimento Interno; IV) Formação das Comissões; 5. Palavra Livre; 6. Agradecimentos; e 7. Encerramento. **Tarde:** 1. Trabalho das Comissões. **Dia 06/12/2023 - Manhã:** 1. Abertura e verificação do quórum; 2. Aprovação da Pauta; 3. Pontos de Pauta: I) Exposição do IBGE e debate; II) 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. **Tarde:** 1. Informes Gerais; 2. Pontos de Pauta: I) Moção de apoio à ratificação da Convenção Interamericana; II) Relato do Trabalho das Comissões; III) Plano de Ação CNDPI; 3. Palavra Livre; 4. Agradecimentos; e 5. Encerramento. Então, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** convidou o Sr. Manoel Júnior, do Conselho Federal de Contabilidade, a falar, agradeceu aos demais membros da comitiva e explicou que o assunto a ser discutido trata dos fundos do Imposto de Renda, sendo que a captação soma o quantitativo nacional de menos de 1% do que é possível e respaldado na legislação. Com a palavra, o **Sr. Manoel Júnior** discorreu brevemente sobre a destinação dos fundos provindos dos Impostos de Renda e encaminhados às pessoas idosas ou crianças e adolescentes. Descreveu como pilares para trabalhar a questão da destinação: a divulgação e a prestação de contas. Destacou a importância de uma união em prol da comunicação e da divulgação para desmistificar informações falsas, visando inclusive as pessoas jurídicas que optam pelo lucro real e podem fazer a destinação, uma vez que é dedutível do Imposto de Renda, o que muitos desconhecem. Por fim, colocou o Conselho Federal de Contabilidade à disposição. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** concordou com a necessidade de um esforço conjunto, sugerindo seminários regionais, e passou aos inscritos. A **Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto** perguntou quais outras organizações existem a partir do Conselho Federal de Contabilidade, e se existem conselhos estaduais e municipais, ao que o **Sr. Manoel Júnior** informou que existem 27 regionais no país, cada uma com diversos representantes que chegam até os interiores, atingindo praticamente o Brasil inteiro. Na sequência, o **Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara** mencionou um trabalho pioneiro do Estado do Ceará com a questão dos fundos, cujo princípio é que a arrecadação só aumentará com o trabalho interinstitucional, afirmou que os fundos são instrumentos de empoderamento dos conselhos que os gerem e pediu uma campanha forte já para o próximo ano. Sugeriu divulgar a questão no seminário anual e deixou a assessoria de comunicação à disposição. O **Conselheiro Eni Carajá Filho** pediu o acolhimento da pauta como algo intrínseco ao orçamento e disse que falta participação efetiva da sociedade nessa discussão. Ato seguinte, o **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas** valorizou o tema, mas

afirmou que o conselho precisa pensar grande, usando o que está dando certo pelo país como ponto de partida, e reiterou que falta informação. A **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú** concordou que a pauta traz uma excelente ideia e sugeriu pedir ajuda da União para uma campanha nos canais disponíveis, uma vez que não há tempo hábil de fazer licitação para uma campanha publicitária comercial até o prazo de entrega do Imposto de Renda. Reiterou que é necessário informar a população o que já foi feito com os recursos do fundo. Na sequência, a **Conselheira Claire da Cunha Beraldo** resumiu a questão na necessidade de um planejamento de comunicação e insistiu que há muita desinformação, inclusive da parte dela, sendo que os profissionais de contabilidade precisam ser orientados no sentido de apoiar a campanha. A **Vice-Presidente Inês Aparecida de Andrade Rioto** lembrou que, no site do Conselho Estadual de São Paulo, há informações sobre campanhas realizadas sobre os fundos. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu as contribuições e registrou que, no dia 12/12/2023, o Conselho Federal de Contabilidade e a Receita Federal farão uma live sobre a destinação do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas e devolveu a fala ao **Sr. Manuel Júnior**, afirmou que a comunicação é importante e deve ser efetiva e eficaz. Mencionou que a maior arrecadação de fundos veio do Estado de Goiás e que já há um trabalho de divulgação e convencimento dos profissionais no sentido de orientar a população, assim como um trabalho legislativo, inclusive para o parcelamento da destinação, sendo que hoje a Receita Federal repassa apenas valores pagos à vista. Informou que a Receita Federal tem um Power BI que informa quais são os segmentos que tem capacidade de destinação e que não são explorados. Enfatizou que as informações devem ser melhor trabalhadas. Da destinação das empresas, precisa buscar essa parceria público-privado e a própria empresa fazer essa campanha e levar a informação aos demais. Colocou-se à disposição, juntamente com a equipe de comunicação e agradeceu o convite para participar da reunião. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu a presença dos colegas do Conselho Federal de Contabilidade e parabenizou pelo trabalho e parceria. Registrou a presença dos Conselheiros e Conselheiras Suplentes: Maria Angélica Gomes (AME), Isabelle Ribeiro Barbosa Mirabal (MDHC), Rosângela Maria Lucinda (OAB) e Marco Antônio Guilherme dos Santos (SINTAPI/CUT). Passou ao segundo ponto de pauta, dizendo que a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa começaram a dialogar sobre a realização da 6ª Conferência Nacional, sendo que o Secretário Alexandre da Silva confirmou presença na 117ª Reunião Ordinária e concedeu a palavra a Coordenadora-Geral de Acompanhamento e Parcerias da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Camila Fidelis. A **Coordenadora-Geral Sra. Camila Fidelis** cumprimentou a todos e relembrou a respeito da utilização dos recursos do fundo para dois programas da secretaria: Envelhecer nos Territórios e Viva Mais Cidadania. Fez uma referência ao Decreto nº 9.569/2018, sobre a competência da Secretaria em administrar o Fundo da Pessoa Idosa e submeter ao Conselho, proposta de plano de aplicação dos recursos do fundo em cada exercício. Reforçar o papel do Conselho em relação a gestão do fundo, que observará as decisões do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa em sua utilização. Reforçou que o Ordenador de Despesas é o Secretário Alexandre da Silva. Sobre o Envelhecer nos Territórios, afirmou que já foram celebrados três instrumentos, termos de execução descentralizada, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) cada, e explicou que o programa tem o intuito de formar agentes de direitos humanos para atuação junto às pessoas idosas nos territórios, além de fomentar a institucionalização de pastas de direitos humanos nos municípios, sendo que foram selecionados: o Instituto Federal da Bahia e o Instituto Federal do Ceará para a execução da experiência piloto. As cidades escolhidas foram Jequié/BA; Ipueiras/CE e Lavras de Mangabeiras/CE, com total

investido com recursos do Fundo, totalizando R\$ 1.350.000,00 (um milhão trezentos e cinquenta mil reais). Já o programa Viva Mais Cidadania tem como objeto ofertar uma formação política para pessoas idosas nos territórios e promover a escuta ativa dos problemas, a fim de identificar e escolher algumas soluções para encaminhamento prioritário, além da previsão dos mutirões de cidadania, para acesso aos equipamentos e serviços públicos. Os instrumentos serão celebrados com as Universidades Federal do Maranhão e de Brasília. Essa experiência piloto vai compreender as comunidades quilombolas das duas regiões, no Maranhão o Município de Alcântara e no Goiás, Cavalcante. Com investimento total de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para cada um dos instrumentos. Enfatizou que foram 5 TEDs celebrados, 3 do Envelhecer nos Territórios e 2 no Viva Mais Cidadania, que somam R\$ 1.950.000,00 (um milhão novecentos e cinquenta mil reais). Relatou que, anteriormente, foram investidos 4,5 milhões de reais em recursos da própria secretaria para seleção de 10 (dez) municípios para o programa Envelhecer nos Territórios. Seguindo para o edital da Viva Mais Periferia, disse que está em fase de recursos das instituições que foram classificadas ou não, sendo que o edital prevê o fornecimento de equipamentos de apoio assistencial a pessoas idosas acamadas e domiciliadas nas periferias brasileiras. O recurso do edital é de 1,8 milhões de reais, que veio pela Emenda do CIDOSO, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por projeto, distribuídos entre seis organizações da sociedade civil. Já o edital do Povos e Comunidades Tradicionais segue em aberto para seleção de propostas, com valor total de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), sendo R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto, recurso advindo do Ministério, distribuídos entre 5 OSCs, para celebração de termos de fomento no intuito de resgatar a cultura e a ancestralidade dos povos e comunidades tradicionais. Ato contínuo, o **Secretário Nacional Alexandre da Silva** cumprimentou a todos, agradeceu a presença e a disponibilidade para dialogar sobre pautas importantes. Colocou que o dia era de celebração dos 21 (vinte e um) anos da existência do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Explanou sobre a solicitação da elaboração de uma moção sobre a Convenção Interamericana, em que a aprovação da convenção está sendo pleiteada, porém disse que o processo não está sendo fácil devido às questões ideológicas. Incluiu que a secretaria já elaborou, em março, uma nota técnica falando do que seria adequado com relação à Convenção Interamericana e pediu uma moção do CNDPI com relação a isso, endossando a importância da ajuda para aprovação. Colocou que precisa de segurança, de que caso seja aprovado, mas não seja interessante para o público, que seja possível tentar uma segunda vez, com status de emenda constitucional. Disse que o que interessa para os outros países é que o Brasil faça a ratificação. O **Conselheiro Epitácio Epaminondas** reforçou a importância da participação do Conselho Nacional e exemplificou que em outro momento com a Deputada Leandre, o CNDPI fez uma moção que resultou em uma resposta positiva. O **Secretário Nacional Alexandre da Silva** solicitou ao Conselho Nacional que sensibilizem os Conselhos Estaduais e Municipais e que os possíveis candidatos municipais das eleições de 2024 defendam a pauta da pessoa idosa desde a campanha, assim como a convenção e até questões orçamentárias. O segundo ponto é sobre a rede de gestores, relatando que, em cada governo em nível mundial, a questão da pessoa idosa está sob o domínio de um órgão diferente, seja direitos humanos, assistência social, saúde, trabalho, entre outros, mas não há a prioridade para a pauta como um todo. Lembrou que a causa sempre foi invisibilizada e ignorada e que, pela primeira vez, os governos estão olhando para as pessoas idosas, sendo que ainda há muito o que precisa ser feito. Disse que o programa Envelhecer nos Territórios estimula a criação de conselhos municipais e que a rede de gestores é justamente para conectar o que é feito nos estados com as pessoas idosas, a partir dos municípios, e que os gestores são oriundos das mais

diversas origens, tendo assistência social, educação e cultura como exemplos. Explicou que a reunião com os gestores tem como objetivo alinhar as ações que ocorrem no âmbito federal com os estados, e que os estados devem repassar as informações aos municípios. Seguiu para a questão das ações do governo para a pessoa idosa na perspectiva da linha da rede de cuidados. Contou que há um Grupo de Trabalho Interministerial sobre o tema com uma perspectiva mais ampla possível e pediu que os conselheiros façam movimentos nas áreas em que atuam. Destacou o tamanho crescente da população idosa no Brasil e disse que a linha da rede de cuidados é permeada por uma dependência funcional, sendo que há bons equipamentos para as pessoas dependentes, mas não para a independência funcional, pensando inclusive na população acima de 50 anos. Citou também as ILPIs, que não são uma realidade para grande parte da população, assim como a taxa de natalidade mais baixa e as dificuldades dos familiares em cuidar de um idoso dependente. Explicou que o declínio da pessoa, ainda mais por questões biológicas, é esperado, porém há vulnerabilidades evitáveis e que se deve olhar para uma linha de cuidado mais focada na independência funcional e na garantia da autonomia das pessoas idosas. Destacou, porém, que os equipamentos voltados para lidar com a autonomia demandam tecnologias mais complexas, são mais caros e não vão contemplar todas as pessoas. Colocou que o direito de envelhecer não é só de ficar vivo com as doenças controladas ou minimamente controladas, e sim o direito à qualidade de vida. Disse que a morte de uma pessoa por não ter sido atendida já é um fracasso do sistema. A **Conselheira Raimunda Goreth Assunção Espindola** questionou se a linha de cuidado integral está inserida na rede de gestores. O **Secretário Nacional Alexandre da Silva** explicou que envolve todo o Governo Federal e que as linhas de cuidados se dão a partir das redes, é uma ação intersetorial. Contou sobre um projeto piloto do Ministério da Saúde e do Ministério da Assistência Social para criar o respiro para o cuidador, começando pela área rural, e lembrando que, ao contemplar o direito de uma pessoa, não se pode ignorar o direito da outra. Falou sobre a importância da conferência, cuja previsão orçamentária já foi iniciada, porém o valor recebido nunca é o solicitado. Mencionou as conferências da pessoa com deficiência e da criança e do adolescente, o que já está definido por lei que deve ocorrer a cada três anos, algo que não existe para a pessoa idosa. Elencou o que precisa ser considerado para a conferência: organização dos conselhos municipais e estaduais, definição do tema, diretrizes, disponibilidade dos convidados em vista de 2024 ser ano eleitoral, locação do espaço e data. Seguiu o diálogo concordando com a questão dos fundos e sugeriu alinhar essa questão com coordenação de direitos humanos e empresas, sendo que algumas têm um sistema que mostra como ela pode destinar o fundo, o que deve ser usado como exemplo. Por fim, reforçou a disponibilidade da Secretaria para esclarecimentos e explicações e que a gestão preza muito pela transparência. Na rodada de perguntas, o **Conselheiro Henri Siegert Chazan** elogiou a fala e contou sobre um projeto de reconhecimento da Receita Federal das ILPIs como entidades de saúde, para que as despesas possam ser abatidas do Imposto de Renda. Depois, a **Conselheira Claire da Cunha Beraldo** registrou que o SESC completou 60 (sessenta) anos de trabalho social com as pessoas idosas e falou sobre a economia do cuidado e o impacto nas famílias. A **Conselheira Marlene Aparecida Gonçalves** discursou sobre a necessidade de luta e independência do conselho e sobre a urgência dos projetos supracitados. Depois, o **Conselheiro Eni Carajá Filho** insistiu no conceito do direito de envelhecer saudável, com o atendimento de políticas públicas robustas, e mencionou o INSS como cruel com as pessoas idosas, que trabalharam a vida toda e precisam mendigar benefícios. Disse que o conselho tem que ter afinidade com quem de fato executa as políticas públicas no Brasil, que são os municípios; que os conselhos não são inimigos da gestão, como muitos gestores acreditam, e que os

conselhos têm um papel deliberativo combinado com a gestão. Propôs que a linha de cuidados não seja vista como assistencialista, e sim de direito. Para finalizar sua participação, o **Secretário Nacional Alexandre da Silva** concordou com a fala do Conselheiro Eni Carajá Filho sobre a busca da garantia da independência funcional e da autonomia e não da política assistencialista. Falou do idoso como protagonista da sua vida e das perdas precoces, inclusive dentro do próprio conselho. Elogiou o SESC por entender o quanto a pessoa idosa deve ter mais autonomia e agradeceu a todos. A **Conselheira Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic** proferiu sobre os valores exorbitantes das ILPIs, que não contemplam a grande maioria da população. O **Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara** colocou sua preocupação sobre o projeto que trata dos agentes de direitos humanos, sugeriu trabalhar através dos conselhos municipais e questionou o que embasou os programas citados. Valorizou o programa para pessoas acamadas e considerou a questão da rede de gestores fundamental. Ato contínuo, a **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú** apontou a dispersão em algumas conduções de projetos em vários âmbitos governamentais e reforçou a importância das articulações. Sente que a articulação entre os órgãos que envolvem a questão da pessoa idosa e do cuidado precisa ser mais fortalecida. Sugeriu uma pauta para os órgãos federais apresentarem o que eles estão desenvolvendo e qual é a articulação entre eles e encerrou com a importância da campanha de destinação dos recursos do Imposto de Renda. A **Vice-Presidente Inês Aparecida de Andrade Rioto** pediu a presença do Secretário Alexandre da Silva em mais reuniões, embora a agenda dele seja concorrida. Em resposta, a **Conselheira Isabelle Ribeiro Barbosa Mirabal** explicou que não se pensa deixar os conselhos de fora das redes, sendo que no regimento da rede estará pautada a integração do trabalho dos gestores com os conselhos estaduais e possivelmente os municipais. Disse que o programa Envelhecer nos Territórios tem a finalidade de formar agentes de direitos humanos que farão visitas domiciliares com o intuito de identificar violações de direitos humanos, tratando-se de uma atividade muito específica e que demanda tempo, por isso não se pensou na integração com o conselho na ponta. Esclareceu que foram usados indicadores de envelhecimento da população e de privação socioeconômica para selecionar os municípios onde serão feitos os projetos pilotos, lembrando que alguns não têm conselhos e o programa visa também criar essas pastas em nível municipal por serem políticas mais fragilizadas. Pediu para não confundir o que denominou de “sistema de cuidado” com a rede de cuidado existente no âmbito da saúde. Sobre o Grupo de Trabalho Interministerial para discutir a Política Nacional de Cuidados, o **Conselheiro Renan Alves Viana Aragão** disse que envolve diversas pastas, incluindo uma consulta pública a respeito da definição de “cuidado”, e que os trabalhos ainda estão em fase inicial. Passando para a questão do regimento interno, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** informou que a comissão responsável realizou várias reuniões, inclusive para obter o parecer da CONJUR, mas que ainda há detalhes a discutir, o que propôs ser feito no dia seguinte devido ao horário. A respeito das atas da 116ª Reunião Ordinária e das 1ª e 2ª reuniões extraordinárias, afirmou que todas as sugestões de ajustes foram acatadas e, por unanimidade, ***todas foram aprovadas***. O **Conselheiro Eni Carajá Filho** propôs que a Comissão de Orçamento possa analisar os orçamentos previstos a fim de articular um valor mais robusto. Então, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** seguiu para a formação das comissões, começando pelas temáticas permanentes, que são: Comissão de Políticas Públicas, que está com um Ministério sobressalente; Comissão de Orçamentos, Finanças e Gestão do Fundo Nacional da Pessoa Idosa, que necessita de mais um Ministério para chegar à paridade; Comissão de Normas, que está completa e paritária; Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social, que tem três representantes da Sociedade Civil inscritos e nenhum do Governo; e Comissão de Temas

Relacionados à Igualdade e Equidade Racial, Comunidades Negras e Outras, às Mulheres, aos Povos Indígenas, aos Povos e Comunidades Tradicionais, aos Agricultores Familiares, às Pessoas LGBTQIA+ e às Pessoa com Deficiência, que está com mais inscritos do que há vagas. Em defesa da permanência nesta última comissão, a **Conselheira Shirlei Correa Rodrigues**, do Ministério da Cultura, explicou que a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural é a representante na comissão, o que está diretamente ligado ao tema. A **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú** questionou se não há a possibilidade de uma participação da área da comunicação social da Presidência da República na Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social. A **Conselheira Raimunda Goreth Assunção Espíndola** manifestou sua vontade de participar da Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social, apesar de já estar em outra comissão, o que prejudicaria a paridade. Com isso, a **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú** sugeriu esperar para terminar a discussão após o almoço, na esperança da presença de outros representantes do governo. A **Conselheira Cleide Lemes da Silva Cruz** sugeriu tirar da comissão aqueles que entraram por último. Como segunda opção, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** aludiu que a própria comissão com excesso de representantes chegue a um consenso. Após o intervalo, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** parabenizou a Conselheira Betânia Maria Pereira dos Santos e a Conselheira Heloísa Helena Oliveira da Silva pela criação de uma Comissão de Gerontologia e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa no âmbito do Conselho Federal de Enfermagem. Então, retomou a discussão a respeito da composição das comissões e reiterou que as comissões não têm caráter deliberativo, e sim criam, discutem e levam os seus estudos para o conselho votar. A **Conselheira Lígia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto** pediu que fosse detalhado o que é esperado da Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social e a **Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto** afirmou que não estipular o número exato de participantes em cada comissão gera um impasse, além de reafirmar que todos os conselheiros devem saber articular em qualquer aspecto das políticas públicas. Em resposta, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** fez a leitura da descrição da comissão solicitada e passou a palavra para a **Vice-Presidente Inês Aparecida de Andrade Rioto**, que sugeriu redistribuir os Ministérios cujos representantes não estavam presentes dos grupos cheios para os grupos que precisam de participantes. Ato seguinte, o **colaborador Bruno Mendes** trouxe a informação dos Ministérios que se manifestaram por último no momento da escolha das comissões, sendo que na Comissão de Políticas Públicas foi o Ministério da Educação e na Comissão de Temas Relacionados à Igualdade e Equidade Racial foram o Ministério das Mulheres, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e o Ministério das Cidades. O **Conselheiro Luiz Legnãni** lembrou que havia uma determinação da quantidade de representantes por comissão anteriormente e que a vontade individual não pode prevalecer. Concordou que quem pediu primeiro a vaga deve ter prioridade, assim como a Conselheira Rosângela Maria Lucinda. O **Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara** endossou a proposta e lembrou que as comissões podem ser modificadas posteriormente. Em nome do Ministério do Planejamento e Orçamento, o **Conselheiro Fábio Régis Sparremberger** se dispôs a preencher a vaga na Comissão de Orçamentos, Finanças e Gestão do Fundo Nacional da Pessoa Idosa, resolvendo também a questão da Comissão de Políticas Públicas, que estava com um Ministério a mais. Em seguida, a **Conselheira Ana Paula Pinto da Silva** se colocou à disposição para integrar qualquer outra comissão, representando o Ministério da Justiça, o que a princípio não foi acatado, pois a comissão atual do Ministério estava completa e paritária. Ato contínuo, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** mencionou os dois Ministérios que não se colocaram em nenhuma comissão: o Ministério do Turismo e

o Ministério dos Povos Indígenas, sugerindo de incluí-los na Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social, que está desfalcada. Indicou também passar para esta comissão o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e o Ministério das Cidades, que se inscreveram por último na Comissão de Temas Relacionados à Igualdade e Equidade Racial. Desta forma, todas as comissões ficaram paritárias. Sobre a organização das reuniões das comissões, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** explicou que a secretaria executiva vai compartilhar o que cada comissão trabalhou nas duas últimas gestões, o que não gera obrigatoriedade de manter as propostas. Pediu que sejam discutidas as ações que o conselho tomará e que vão compor futuramente o Plano de Trabalho, que precisa de um cronograma detalhado. Informou que às 16h30 haverá uma reunião da Comissão do Regimento Interno e propôs o mesmo para o Grupo Temático das ILPIs. Mencionou a Conferência Nacional de Assistência Social, onde representará o conselho. A **Vice-Presidente Inês Aparecida de Andrade Rioto** sugeriu um levantamento com os trabalhos de todos os Ministérios com a temática da pessoa idosa, o que foi aprovado. Com isso, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** encerrou o primeiro dia da reunião do conselho e os conselheiros se dirigiram para suas respectivas reuniões de comissões.

Dia 06/12//2023: O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho iniciou a reunião e explicou a pauta do dia, que incluiu a questão do regimento interno, que a princípio estava no primeiro dia de reunião e passou para o segundo. Disse que esteve presente na abertura da Conferência Nacional de Assistência Social no dia anterior, acompanhado de alguns conselheiros. Lembrou da demanda do conselho e dos movimentos sociais de um pronunciamento a respeito do Censo, que considerou pessoa idosa apenas aqueles acima dos 65 anos, ao contrário do que indica o Estatuto do Idoso, e endossou que a informação já foi retificada. Agradeceu a presença do Sr. Cimar Azeredo Pereira, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e passou a palavra. Ato contínuo, o **Sr. Cimar Azeredo Pereira** reforçou a importância dessa aproximação com o conselho, se desculpou pelo erro da faixa etária, prometeu que não irá se repetir, e descreveu a dimensão, a importância, a metodologia e os objetivos do Censo 2022. Tratando dos resultados, declarou que o Censo contou 203 milhões de pessoas, sendo 104 milhões de mulheres e 98 milhões de homens aproximadamente. Mencionou o envelhecimento da população no país como um todo e individualmente nas regiões, sendo que a região Norte é a mais jovem do Brasil. Destacou que as pessoas idosas somam 15,8% da população do país, sendo que o maior crescimento desde o último Censo ficou entre a população de 64 a 69 anos. Quanto aos estados com mais idosos, o campeão da pesquisa foi o Rio Grande do Sul, seguido pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Entrou na temática do índice de envelhecimento explicando que é um indicador que relaciona dois grupos de idades extremas, o grupo de 0 a 14 e um grupo de 60+, dado que quanto maior o valor desse indicador, mais envelhecida é a população. Em 2022, o índice foi de 80, indicando que há 80 pessoas idosas para cada 100 crianças. Em comparação, no Censo de 2010, o índice era de 44,8. Ainda elucidou que na Região Sudeste, o índice é de 98 e na Região Norte, abaixo de 50. Passando para o tema do índice de envelhecimento calculado segundo o tamanho da população, indicou que o envelhecimento é maior nos municípios menores, com até cinco mil habitantes, chegando a um índice de 107, dado que uma possível explicação para esse fenômeno é deslocamento de pessoas economicamente ativas para cidades maiores. Descreveu que o Censo permite mapear as crianças ao redor de uma escola, possibilitando determinar se há demanda para ela ou não, por exemplo, e o mesmo pode ser feito com os aparelhos públicos para pessoas idosas. Citou também uma pesquisa a respeito do orçamento familiar, que mapeia sobretudo gastos com remédio e saúde que a população idosa possa ter. Por fim, mencionou a Pesquisa Nacional de Saúde, cujo bloco inteiro é

destinado às pessoas idosas. Agradeceu o espaço de fala e mais uma vez pediu desculpas pelo ocorrido. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu a participação e elogiou a exposição, ressaltou que o material apresentado foi feito para a reunião, que é um material rico e solicitou no virtual para dar publicidade. O **Conselheiro Luiz Legnãni**, parabenizou o expositor Cimar e o IBGE pelo excelente trabalho e lembrou que alguns anos atrás a Organização Mundial de Saúde tentou classificar idoso como doença e falou sobre cidades do Nordeste e até mesmo bairros da cidade de São Paulo cuja expectativa de vida é de 65 anos, drasticamente abaixo da média nacional, de 77 anos, relatando que esse é mais um problema por trás da questão de aumentar a idade de corte para pessoas idosas para 65 anos no Censo. Agradeceu a apresentação e a resposta do IBGE com relação ao equívoco. A **Conselheira Maria Angélica Gomes** cumprimentou o Sr. Cimar Azeredo Pereira e questionou a possibilidade de detalhar a população de negros e pardos entre as pessoas idosas, separada por regiões. Ato seguinte, a **Conselheira Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo** também elogiou o Sr. Cimar Azeredo Pereira e perguntou quando o acesso aos dados atualizados sobre o analfabetismo estará disponível, justificando que é um dado importante para o programa de Alfabetização de Idosos do Ministério da Educação. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** pediu licença e anunciou a presença do Secretário Alexandre da Silva. Em continuidade, a **Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva** parabenizou a inclusão dos povos originários no Censo, inclusive aproveitando a mão de obra local. Em resposta, o **Sr. Cimar Azeredo Pereira** agradeceu e declarou que os dados sobre cor e raça serão divulgados no dia 22/12/2023, informações cruzadas com as idades também. Já sobre a educação, disse que as informações serão divulgadas em breve. Explicou que estão sendo entregues as partes quantitativas do Censo, mas que em breve serão entregues as partes qualitativas, como estatísticas sobre a vida da população brasileira. Apresentou o coordenador operacional no Censo no Distrito Federal, Sr. Marcelo, que presenteou o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho e o colegiado com um mapa que mostra o percentual de pessoas idosas espalhadas pelo Brasil. Seguindo com as perguntas, a **Conselheira Cleide Lemes da Silva Cruz** se interessou pelo assunto da “Cor do Brasil”, ao que o **Sr. Cimar Azeredo Pereira** acrescentou que a população negra e parda aumentou em função das pessoas estarem se identificando como tal. O **Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Junior** perguntou como o IBGE tratou a comunidade LGBTQIA+ no Censo e a **Conselheira Marlene Aparecida Gonçalves** reforçou a importância das pessoas se identificarem como negras. O **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas** afirmou que não se trata apenas de analisar dados, mas também de melhorar a metodologia, o que o IBGE alcançou. Por fim, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu a sensibilidade do IBGE e passou a palavra para as considerações finais do **Sr. Cimar Azeredo Pereira**, que respondeu à questão das pessoas LGBTQIA+ dizendo que foi feita uma pesquisa nacional em 2019, porém que não obteve sucesso, e que seria inviável colocar essa questão no Censo sem que o questionário fosse testado à exaustão. Informou que foi criado um grupo de trabalho a respeito do tema dentro do IBGE e que todas as pesquisas a partir de agora terão essa informação, não apenas o Censo. Continuando com a pauta, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** passou a palavra a o **Secretário Nacional Alexandre da Silva**, que expôs sobre a Conferência Nacional da Assistência Social. Destacou as diferentes realidades dos estados permeadas pela proporção de pessoas idosas e conseqüentemente a proporção de pessoas que estão potencialmente chegando na velhice. Explicou que não necessariamente onde há mais pessoas idosas é um local mais adequado para se envelhecer e que os indicadores do Censo são utilizados para fazer essa análise e chegar à conclusão de quais municípios ou grupos serão primeiramente

contemplados por estarem em maior exposição às vulnerabilidades e sem o respeito aos seus direitos humanos e exercício de cidadania. Ato contínuo, o **Secretário Nacional Alexandre da Silva** recapitulou tudo o que disse no primeiro dia da reunião e o **Conselheiro Eptácio Luiz Epaminondas** aludiu que a Conferência Nacional do Direito da Pessoa Idosa, quando for realizada, precisar ter início, desenvolvimento e conclusão, e que é preciso iniciar a organização, mediante disponibilidade de fundos. A **Conselheira Marlene Aparecida Gonçalves** perguntou se a verba do fundo poderá ser usada somente via conselhos municipais e estaduais ou pode subsidiar projetos independentes de uma associação ou instituição, ao que o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** respondeu que sim, porém mediante edital. Na sequência, o **Conselheiro Eni Carajá Filho** articulou que o grande desafio de uma conferência nacional é o diagnóstico dos problemas das conferências anteriores e que é importante a diversificação dos participantes. Insistiu que a pasta da pessoa idosa não pode ficar sem orçamento nem depender apenas do fundo. Em réplica, o **Secretário Nacional Alexandre da Silva** concordou que é preciso começar a movimentar a conferência nacional e reiterou que considera importante garantir a presença de quem quer estar no evento. Mencionou o edital para pensar o desenho universal, que é analisar como garantir os espaços bons e decentes para que todas as pessoas possam envelhecer, pensando com antecedência em grupos como o LGBTQIA+, povos indígenas, pessoas pretas, pessoas em situação de rua, entre outros, a partir da faixa dos 50 anos, para entender como essas pessoas vão chegar aos 60. Sobre esse assunto, a **Conselheira Isabelle Ribeiro Barbosa Mirabal** disse que o edital já foi publicado e a concorrência é entre universidades e instituições que deverão elaborar cursos à distância englobando tanto a questão da acessibilidade quanto, por exemplo, desenvolver métodos de ensino para que a pessoa idosa possa usufruir de todos os equipamentos disponíveis. Disse que a financiadora é a UNESCO e o valor é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Subsequentemente, a **Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto** relembrou uma das pautas que a Pastoral trouxe a respeito de uma moção para que o conselho seja criado por lei e não por decreto. Afirmou que a cada novo decreto é preciso reorganizar o conselho e que, em vinte e um anos, isso já deveria ter sido resolvido, uma vez que deixa o conselho à mercê dos governantes. Concordou que a política da pessoa idosa deve estar dentro dos Direitos Humanos. A **Conselheira Raimunda Goreth Assunção Espíndola** se disse feliz com os projetos apresentados e comentou a grande incidência de demências, sugerindo acrescentar o autocuidado da pessoa idosa nos projetos. Por fim, o **Conselheiro Eptácio Luiz Epaminondas** questionou se é a Comissão de Normas quem monta os editais dos projetos para as entidades da sociedade civil, a exemplo do edital mencionado para as universidades. Indagou também o que fazer para o conselho virar lei, acreditando que é um trabalho feito no parlamento. Em resposta, o **Secretário Nacional Alexandre da Silva** concorda que a pauta de institucionalizar a política da pessoa idosa é de extrema importância e disse que a secretaria está disposta a apoiar. Disse que, da mesma forma que o Governo Federal tem o foco da pessoa idosa nos direitos humanos, o ideal seria que o mesmo acontecesse nos estados e municípios. Repetiu a questão da necessidade de se pensar em quem cuida, dizendo que o cuidador precisa estar bem para respeitar a autonomia da pessoa idosa, e reforçou que a sobrecarga é problemática. Falou também sobre a independência supervisionada, abrangida pelo programa Vida Digna em Casa. Na sequência, a **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú** voltou ao assunto da conferência e a necessidade de começar a organizar o evento, possivelmente com um grupo de trabalho. Como informe, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** disse que, na reunião ordinária anterior, a competência das primeiras discussões a respeito da conferência foi distribuída para a Comissão de Articulação, mas que quando for convocada a conferência de fato, o

que geralmente ocorre por um decreto presidencial, formar-se uma comissão específica. Ato contínuo, o **Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara** resumiu a discussão em dois pilares: maior segurança jurídica e ter um conselho que realmente compreenda muito bem a sua função no que diz respeito ao Fundo Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, sugerindo um curso de capacitação sobre o assunto. Para encerrar, o **Conselheiro Luiz Legnani** lembrou de quando o conselho foi reduzido para três integrantes no governo anterior e reforçou o trabalho que dá a organização de uma boa conferência, o que não pode ser realizado a curto prazo. A **Vice-Presidente Inês Aparecida de Andrade Rioto** acrescentou que é preciso realizar primeiro as conferências estaduais, que geram propostas para a conferência nacional. Entretanto, para começar os trabalhos nos níveis municipais e estaduais, é preciso que o conselho nacional divulgue os eixos que serão trabalhados e, pelo menos, uma data aproximada. Sobre o prazo, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** recomendou o primeiro semestre de 2025, fugindo dos períodos de eleição e dando tempo suficiente para os municípios e estados se organizarem. O **Secretário Nacional Alexandre da Silva** falou em fazer acontecer e reforçou que é necessário destacar por que a conferência é importante, tanto em nível municipal e estadual, quanto em nível nacional. Pediu a divulgação das pautas por todos, declarou que levará a data da conferência como 2025 para a Secretaria Executiva, agradeceu e se retirou devido a outro compromisso. O **Conselheiro Eni Carajá Filho** opinou, se dizendo contra a determinação da data de 2025, por estar muito distante, e que o problema é que o conselho precisa de fato apresentar um plano nacional de enfrentamento dos problemas que as pessoas idosas estão tendo no Brasil. Sugeriu fazer um pacto em prol das pessoas idosas aos modelos do Pacto Nacional dos Direitos Humanos, ao que o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho concordou. Sobre a data, reiterou que é preciso levar em consideração a questão das eleições municipais, mas que a comissão pode começar os trabalhos. Devido ao horário, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** sugeriu adiantar a pauta sobre a Moção de Apoio à Ratificação da Convenção Interamericana dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa e deixar a questão do regimento interno para depois do intervalo, sendo que a diretriz foi aprovada por unanimidade. Após o intervalo, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** registrou a presença da Presidente do Conselho Estadual de Direito do Conselho Estadual do Idoso de São Paulo, **Kelen Garcia**, dizendo-se feliz em recebe-la no conselho. Seguindo para a pauta do regimento interno, lembrou da última reunião ordinária, onde o documento foi aprovado, porém a Comissão do Regimento ficou responsável pela discussão acerca de uma harmonização do documento que foi aprovado com o parecer encaminhado pela CONJUR. Ressaltou que a minuta encaminhada à CONJUR foi a primeira, sendo que a aprovada já continha modificações, e que grande parte dos pontos destacados eram apenas aspectos formais, direcionadas às questões de redação oficial e padronização. Entretanto, houve destaque de alguns pontos referentes ao conteúdo. Relatou a reunião da comissão com o Sr. Gustavo Pedroso, da CONJUR, para sanar dúvidas, com ênfase na questão da diretoria ampliada, que envolvia presidente, vice-presidente e os coordenadores de cada comissão, e que poderia tomar decisões de urgência autonomamente. Sobre isso, o Sr. Gustavo Pedroso afirmou que a CONJUR é contra, por não haver respaldo no decreto. Outra questão levantada foi com relação às competências do Conselho, cuja orientação foi de englobar apenas as que estão presentes no decreto ou criar uma nota técnica esclarecendo que as competências constam no estatuto, sendo que a segunda opção foi a acatada pela comissão. Sobre o Artigo 1º, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** disse que a orientação foi tirar o papel fiscalizador do Conselho, embora o decreto estabeleça a competência de fiscalizar. Sugeriu, respaldado pela comissão, manter o papel fiscalizador do Conselho e justificar o porquê da manutenção por

meio de nota técnica. Fez a leitura da Nota Técnica, que justifica todos os pontos mantidos, apesar da posição da CONJUR. Detalhou que a CONJUR sugeriu substituir “Conselho” por “CNDPI”, o que não foi aceito por nem sempre “conselho” se tratar do Conselho Nacional, e também pode indicar os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais. Em síntese, disse que a resposta indica que a comissão acolheu praticamente tudo o que a CONJUR pediu, porém, alguns pontos foram mantidos e a nota técnica justifica os por quês. A **Vice-Presidente Inês Aparecida de Andrade Rioto** lembrou que cada Ministério tem a sua consultoria jurídica e o seu sistema, o que no caso do MDHC é a CONJUR, enquanto o **Conselheiro Eni Carajá Filho** acredita ser importante o conselho ter autonomia. Em resposta, o **Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara** entendeu que as observações da CONJUR foram pouco significantes. Com a palavra, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** deu duas sugestões: 1. Acolher o parecer da comissão de regimento, apresentar a resposta através da nota técnica, aguardar a réplica da CONJUR e, se necessário, abrir a discussão novamente no conselho; ou 2. Não acolher o parecer. Na sequência, a **Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto** parabenizou pelo trabalho e defendeu a primeira opção, argumentando que não há como ignorar o manual de redação, e que a presidência ampliada dificultaria a gestão do conselho. O **Conselheiro Eni Carajá Filho** colocou que, foram cinco ou seis reuniões virtuais e afirmou que não houve traição da decisão do plenário na última reunião, foi votado que era de manter o regimento interno como foi aprovado, corrigidos com o parecer da CONJUR. Já o **Conselheiro Eptácio Luiz Epaminondas** reforçou que é necessário seguir as orientações da CONJUR, uma vez que há fiscalização. Em votação, o parecer da comissão foi aprovado por unanimidade e a nota técnica será encaminhada. Seguindo para o penúltimo item da pauta a respeito do relatório dos trabalhos das comissões temáticas, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** determinou que, ao final de cada apresentação, eventualmente os conselheiros e conselheiras presentes poderiam sugerir acréscimos, modificações e supressões e lembrou que, na reunião de fevereiro, ocorrerá a eleição das coordenações de cada comissão temática. Começando pela Comissão de Políticas Públicas, a **Conselheira Heloísa Helena Oliveira da Silva** descreveu que foi feita a leitura das atribuições regimentais da comissão; a leitura do Relatório da Comissão de Políticas Públicas referente a novembro de 2022; o relato a respeito das gestões anteriores, feito pelo Conselheiro Luiz Legnãni e definições das pautas prioritária para o próximo ciclo. Disse que a comissão entendeu que deverá fazer uma análise dos encaminhamentos das últimas Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa a fim de verificar quais merecem prosperar, para serem efetivados o monitoramento ou a formulação de políticas que venham a constar no rol de atividades do Conselho, fazendo uma interligação com o que o regimento prevê como atribuições da competência da comissão. Mencionou que foram discutidas também as ações do Governo Federal voltadas para a pessoa idosa, entendendo que é necessário haver um levantamento de todas as políticas públicas existentes no Governo Federal voltadas para a pessoa idosa. Pediu que o pleno envie aos diversos órgãos do Governo Federal a solicitação das informações sobre as ações e outros dados complementares que estejam voltadas para a pessoa idosa. Destacou a construção da política de alfabetização das pessoas idosas, sugerindo que o Ministério da Educação faça uma apresentação ao Conselho sobre o assunto com o objetivo de conhecer, apoiar, colaborar e divulgar o projeto, ao que a representante do MEC se demonstrou favorável. Reiterou que o mesmo pode ser feito com outras entidades que apresentarem políticas voltadas aos idosos. A **Conselheira Maria Betânia Jatobá de Almeida** relatou que, sobre a alfabetização, houve reclamações devido aos horários de aulas e mistura de alunos de níveis diferentes, portanto a faixa etária foi nivelada, o que melhorou o processo. Mencionou o sucesso do hospital da pessoa idosa, no Paraná,

e disse que, embora muitos sejam contra, acredita que precisa haver mais hospitais assim pelo país. Retomando, a **Conselheira Heloísa Helena Oliveira da Silva** disse que o método utilizado pelo grupo foi focar nas demandas pendentes encontradas nas atas e derivadas das conferências, honrando o compromisso de acompanhamento. Explicou que não foi feito um plano de ação e que foi combinado que, na próxima reunião, de posse dos encaminhamentos, será feita a análise e o plano de ação. Ao fim, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** pediu a deliberação a respeito de uma reunião virtual para condensar as políticas de forma mais robusta e consolidar na reunião presencial. Depois, o **Conselheiro Fábio Régis Sparremberger** sugeriu detalhar o que será pedido às demais pastas, exemplificando se são políticas exclusivas para idosos ou não, seus respectivos valores orçamentários e a marcação no PPA, com o que todos concordaram. Ato seguinte, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** chamou a Comissão de Orçamento, Finanças e Gestão do Fundo Nacional da Pessoa Idosa, representado pelo **Conselheiro Marco Antônio Guilherme dos Santos**, que leu os pontos discutidos: leitura dos documentos das gestões anteriores; proposta de estudo comparativo e análise do conjunto de normas que regulamentam a comissão; levantamento da cartilha referente ao cadastramento dos fundos e entendimento dela; solicitação à secretaria de um exemplo de projeto aprovado e implantado para análise e estudo, do relatório detalhado das aplicações dos mandatos anteriores e da previsão de receitas e despesas para os próximos períodos. Com a palavra, o **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas** reforçou que o desejo é equalizar o conhecimento entre todos os conselheiros. O **Conselheiro Marco Antônio Guilherme dos Santos** mencionou que haverá uma reunião por videoconferência na segunda quinzena de janeiro para que os conselheiros possam expor as conclusões dos estudos realizados. Por fim, disse que a execução dos três primeiros tópicos da agenda trará elementos iniciais para dar prosseguimento ao trabalho da comissão, todavia se faz necessário saber a dimensão financeira passada e futura com o objetivo de construir o caminho das próximas análises e dos projetos porvindouros. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** parabenizou e concordou que sempre há a necessidade de capacitação quando se trata da questão dos fundos e recomendou a capacitação tanto do próprio Conselho Nacional quanto dos Conselhos Estaduais. Então, diante da dúvida da Conselheira Maria Betânia Jatobá de Almeida, o **colaborador Bruno Mendes** explicou os prazos e determinações dos fundos aptos a receberem doações do imposto de renda, incluindo que, a partir de 2024, o repasse será feito via PIX, sendo que a chave será o CNPJ. Ato seguinte, a **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú** pediu que a secretaria executiva apoiasse a comissão e transmitisse as informações pertinentes, como as normas e cartilhas. Com a palavra, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** colocou o relatório em regime de votação, o que foi aprovado por consenso e passou para a Comissão de Normas, com o **Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara** que informou que na gestão do fundo, há duas etapas: a gestão em si e o processo de destinação, o que depende do apoio tanto da Secretaria da Receita Federal quanto do Tribunal de Contas da União, considerando interessante que os órgãos promovam a capacitação. Já quanto à Comissão de Normas, lembrou que seu propósito é a criação de um projeto de lei que institui, define a composição e o funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, o que gostariam de elaborar até a próxima reunião, para posteriormente ser discutida no Conselho. Outra proposta prioritária, é a ratificação e implementação da convenção. Propôs também acompanhar a discussão da Política Nacional de Cuidado e analisar a Resolução nº 67/2022, aprovada no final da gestão anterior, que diz respeito à questão dos contratos que deve existir entre as ILPIs e os seus residentes, possivelmente sugerindo uma nova redação, além de monitorar todo os os projetos de lei que estejam no congresso e dizem respeito à pessoa

idosa. Em réplica, a **Conselheira Maria Angélica Gomes** sugeriu analisar fundos que estejam funcionando bem no Brasil para servirem como referência, ao que o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** mencionou também um possível seminário com o Conselho Federal de Contabilidade e a Receita Federal para tratar, dentre outros assuntos, os fundos. A **Conselheira Ana Paula Pinto da Silva** registrou que se inscreveu para participar da Comissão de Orçamento na reunião anterior, que faz parte do Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Política Nacional de Cuidados e explicou brevemente sua metodologia. Terminou dizendo que o Ministério do Desenvolvimento Social se colocou à disposição para comparecer à uma reunião do Conselho e expor mais elementos sobre a política. Com isso, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** pediu que, se possível, a Conselheira Ana Paula Pinto da Silva passe informações sobre as reuniões do grupo de trabalho. Em regime de votação, o relatório foi aprovado por unanimidade e passou para a Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social. Com a palavra, a **Conselheira Bernadete Bernadete Dal Molin Schenatto** relatou que a comissão refletiu na relação do tempo disponível e das ações prioritárias dentre todas aquelas atribuições que a comissão tem. Explicou que o Conselho não é executor, mas sim constituído das ações voltadas para esse público alvo dos diversos ministérios com indicação de orçamento de execução. Disse que a proposição da comissão é elaborar uma cartilha ou manual de orientação aos municípios sobre a criação dos conselhos municipais e os respectivos fundos, envolvendo entidades como o TCU e o Conselho Federal de Contabilidade. Seguiu dizendo que a comissão precisa garantir a revitalização da Rede Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e que as ações de articulação do Conselho devem visar o fortalecimento dos Conselhos de Direitos, sugerindo reuniões com os Conselhos Estaduais, que por sua vez devem replicar o conhecimento para os Conselhos Municipais. Propôs definir data, local e tema da Conferência Nacional, assim como a constituição de uma comissão para tratar do assunto. Prosseguindo, o **Conselheiro Eni Carajá Filho** sugeriu que a comissão abranja o Pacto Nacional dos Conselhos da Pessoa Idosa, unindo o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais para a efetividade das políticas públicas voltadas a pessoas idosas; retomar a Rede Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; encaminhar um ofício à Secretaria Nacional de Participação Social e ao MDHC reconhecendo como positiva a experiência da construção participativa do orçamento e solicitando que o Conselho Nacional seja incluído sempre que for discutida alguma política da pessoa idosa e seus respectivos orçamentos. Em seguida, a **Conselheira Rosangela Maria Lucinda** mencionou o Artigo 24 do estatuto, que dispõe sobre a divulgação nos meios de comunicação e que pode ser utilizado como respaldo. Já o **Conselheiro Luiz Legnâni** falou sobre a cartilha “Quer um Conselho?”, criada sob presidência dele, e insistiu que há muito tempo se fala em construir uma rede de proteção efetiva, porém nada é feito. Falou também que não é fácil fazer o tipo de levantamento proposto. Então, a **Conselheira Marlene Aparecida Gonçalves** explicou que a rede existe, porém é fragilizada e que, quando o estado falha no auxílio ao idoso, a Pastoral tenta suprir as necessidades apresentadas. Após, a **Conselheira Maria Betânia Jatobá de Almeida** criticou o pessimismo de alguns conselheiros e disse que é preciso agir para as coisas acontecerem. Expôs Conselhos que fizeram parcerias com universidades para capacitação dos conselheiros, mostrando a importância de existir o Conselho, e elogiou a cartilha citada pelo Conselheiro Luiz Legnâni. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** pediu a palavra e registrou a presença da Conselheira Suplente Joana D’Arc, do Ministério das Cidades, e da Conselheira Anna Dorothea Dause Treno, do Ministério das Relações Exteriores. Subsequentemente, o **Conselheiro Marco Antônio Guilherme dos Santos** destacou que a Comissão de Articulação é complexa e transversal, pedindo para que representantes sejam incluídos em outras

comissões quando o assunto abordar os fundos. Ato seguinte, a **Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva** relembrou a necessidade de fortalecer a participação dos povos originários e afirmou que quem de fato coloca as políticas em ação é a sociedade civil. Contou que, para o povo dela, os idosos são joias que precisam de proteção. Sobre as deliberações da comissão, o texto foi aprovado por unanimidade. Posteriormente, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** recapitulou as propostas de encaminhamentos e acréscimos feitos, sendo que a proposta do Pacto Nacional dos Conselhos foi aprovada e, então, o **Conselheiro Eni Carajá Filho** reiterou que sua proposta a respeito do PPA participativo seria elogiar o processo e questionar se a proposta a respeito da pessoa idosa foi acatada ou não dentro do orçamento público e seguiu para tramitação do Congresso, pois o processo aconteceu durante a constituição do Conselho, impossibilitando o acompanhamento. A **Coordenadora-Geral Eliana Graça** explicou que isso já foi feito na página da participação popular e que só resta saber se o governo acatou ou não. Visto isso, o **Conselheiro Fábio Régis Sparremberger** disse que consegue a informação, uma vez que o Conselheiro Eni Carajá Filho se comprometeu a encaminhar o número da proposta em questão. Se necessário, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** se dispôs a redigir um ofício solicitando a informação. Ato seguinte, anunciou a última comissão, Comissão de Temas Relacionados à Igualdade e Equidade Racial, Comunidades Negras e Outras, às Mulheres, aos Povos Indígenas, aos Povos e às Comunidades Tradicionais, aos Agricultores Familiares, às Pessoas LGBTQIA+ e à Pessoa com Deficiência. Como representante, o **Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Junior** expôs que, na comissão, não existe nenhuma expertise na elaboração de documentos de comissões, sendo que a maioria nunca participou de uma, e que foi feita a leitura das atribuições da comissão. Depois, disse que foi discutida uma ação para combater a intolerância religiosa, ao que a **Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva** descreveu a situação grave no Estado do Mato Grosso do Sul, onde as mulheres com 60+ estão enfrentando a violência, sendo que já foi denunciado à diversos órgãos, e sugeriu construir um grupo envolvendo o colegiado, a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, o Ministério Público Federal e a FUNAI para realizar uma visita in loco, com o objetivo de começar a desconstruir a intolerância religiosa de imediato, enfatizando que falta também uma rede de proteção local, que precisa ser instituída. Continuando, o **Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Junior** relatou que o segundo item discutido foi realizar uma pesquisa de perfil sobre a população negra, mulheres, povos indígenas, povos e comunidades quilombolas, agricultores familiares, comunidade LGBTQIA+ e pessoas PCD por meio de interlocuções com as instituições públicas e privadas a partir do Censo do IBGE. Lembrou que, mais uma vez, a população LGBTQIA+ não foi contemplada pelo IBGE no Censo. Depois, disse que foi discutida a implementação de campanhas de conscientizações nos diversos segmentos: povos e comunidades indígenas e tradicionais, agricultores familiares, quilombolas, negros e comunidade LGBTQIA+, com foco no combate à violência contra a pessoa idosa, inclusive a questão da exploração financeira e patrimonial, e a criação de uma rede de acolhimento aos cuidados com a pessoa idosa, com envolvimento intergeracional e institucional. Em resposta, a **Vice-Presidente Inês Aparecida de Andrade Rioto** se comprometeu a criar, a princípio, um GT para levantar lugares de acolhimento para o público LGBTQIA+. O **Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Junior** reforçou que a comunidade LGBTQIA+ é esquecida e discriminada, por exemplo, ao buscar vagas nas ILPIs. Na sequência, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** mencionou uma conversa com a Conselheira Marlene Aparecida Gonçalves a respeito de promover um evento, seminário ou ação sensibilizando a sociedade em relação ao envelhecimento das pessoas negras no Brasil, o que ainda não foi executado, mas pode ser resolvido pela comissão. A **Conselheira Marlene**

Aparecida Gonçalves informou que uma live para tratar o assunto está formatada e deve acontecer em breve. Ato seguinte, o **Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Junior** informou que será feita uma reunião virtual com os principais líderes de instituições e do governo, incluindo pretos, indígenas e LGBTQIA+, a fim de chegar a um denominador comum do que pode ser feito para minimizar a situação precária com o qual essa população é tratada. A **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú** acredita que a intolerância religiosa e o racismo estão entranhados nas pessoas e em muitas instituições, características que se refletem no congresso atual eleito; que é preciso retomar o estado laico e que são necessárias ações efetivas legais contra essas ofensas. Com isso, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** disse que a fala da Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú pode ser encaixada na pauta da comissão em debate. Após, a **Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva** concordou com o ponto do estado laico e falou sobre o racismo disseminado por missionários, reforçando que é preciso fazer uma ação. Valorizou também o acolhimento intergeracional e falou sobre a importância de educar os jovens a respeitarem os idosos. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** concordou com o posicionamento e passou a palavra ao **Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara**, que registrou sua solidariedade diante do exposto pelo Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Junior e pela Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva e reiterou a importância da pauta. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** voltou ao assunto que ficou pendente na discussão a respeito da criação da comissão provisória específica para idealizar os encaminhamentos da conferência, que também foi aprovada. Por precisar ser paritária, sugeriu dois representantes, um conselheiro do governo e um da sociedade civil, de cada comissão, a serem indicados até o dia 12/12/2023. Dito isso, a **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú** questionou o critério de escolha dos membros para a comissão provisória, ao que o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** reafirmou que se trata de uma comissão provisória e o critério visa otimizar os trabalhos. Respondendo à dúvida sobre a data da conferência levantada pela Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** preferiu colocar uma expectativa de deflagração do processo de conferência, porém sem data para realização, já que é um processo demorado e necessário. Para fins de orientação dos municípios, a **Vice-Presidente Inês Aparecida de Andrade Rioto** sugeriu informar que a conferência se dará em 2025, sendo que as municipais e estaduais devem preceder e acontecer ainda em 2024. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** sugeriu uma eventual reunião virtual com os presidentes dos Conselhos Estaduais ainda no mês de dezembro e julgou difícil deliberar uma data nesta fase. Na opinião da **Coordenadora-Geral Eliana Magalhães Graça**, a presente comissão é preliminar e deve apenas preparar o campo até a publicação do decreto presidencial. Voltando à Comissão de Temas Relacionados à Igualdade e Equidade Racial (comunidades negras e outras), a Mulheres, aos Povos Indígenas, aos Povos e às Comunidades Tradicionais, Agricultores (as) Familiares, às pessoas LGBTQIA+, e a pessoa com deficiência, todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade. Consecutivamente, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** discursou sobre o último item da pauta, a respeito do início do plano de ação do Conselho, explicando que, como cada comissão já trouxe preliminarmente uma ação macro, agora resta esmiuçar as ações micros, ou seja, discriminar missão, visão e valores para chegar nos objetivos estratégicos e colocar as várias ações dentro de um cronograma. A sugestão da mesa diretora foi criar uma proposta do plano de ação a ser apresentada ao colegiado na reunião de fevereiro em cima dos relatos das comissões. Seguindo aos informes, o **Conselheiro Luiz Legnãni** elogiou o Conselho e discorreu sobre o racismo e a intolerância, dizendo que é inaceitável, assim como o conflito entre Israel e a Palestina, e sugeriu elaborar uma moção de

repúdio contra a guerra. Com isso, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** esclareceu que uma moção de repúdio ou apoio deve ser indicada a alguém, ao que o **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas** propôs então fazer uma carta aberta, sendo que o Conselheiro Luiz Legnãni concordou. Adiantando os informes, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** comunicou que fará uma visita à delegacia especializada do idoso do Distrito Federal logo após a reunião e convidou os conselheiros que se interessarem em participar. Sobre as lives, orientou que, por estar dentro do MDHC, devem ter intérprete de Libras. Referente ao assunto da manifestação sobre a guerra, ficou acordado que os Conselheiro Luiz Legnãni e Marco Antônio Guilherme dos Santos ficariam responsáveis pela elaboração. Por fim, o **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas** deu seu depoimento sobre sua história de vida e agradeceu a oportunidade de estar vivo e participando do Conselho. **Encerramento da 117ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDPI:** O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu a presença de todos os presentes e declarou encerrada a 117ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDPI.

RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, Usuário Externo**, em 06/03/2024, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4144131** e o código CRC **375684ED**.

Referência: Processo nº 00135.226740/2023-43

SEI nº 4001319